

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Novos prefeitos devem buscar PPPs de energia renovável.....	2
Título: Destaques	3
Título: CVM condena quatro ex-diretores da Petrobras.....	4
Título: Estatal escolhe executiva da casa para comandar nova gerência climática.....	5
Título: Diretor da Aneel vai ao Cade e MPF contra decisão da agência.....	7
Título: Vendas de etanol continuam em recuperação no país	8
Título: STF vai reiniciar julgamento sobre taxa de exploração de minérios	9
Título: Petrobras.....	10
Título: Disputa nos EUA é marco para era dos combustíveis fósseis.....	11
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	18
Título: » Tudo junto.....	18
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	18
Título: CVM condena ex-diretores petistas da Petrobras, mas absolve Dilma Rousseff	18
VEÍCULO: O Globo.....	20
Título: CVM condena quatro ex-executivos da Petrobras	20
Título: Belo Monte quer compensação para perda bilionária	22

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 04/11/2020****Seção: Brasil****Autor: Gabriela Ruddy — Do Rio****Título: Novos prefeitos devem buscar PPPs de energia renovável**

A baixa nas taxas de juros e as trocas nas gestões das prefeituras, a partir do próximo ano, devem incentivar a busca de parcerias público-privadas (PPPs) nos segmentos de energia renovável e eficiência energética. Os esforços do governo para incentivar o financiamento de investimentos privados em infraestrutura também poderão dar fôlego às iniciativas.

“A despeito da crise, há liquidez no mundo. Em 2021, muitas prefeituras devem contratar consultores e analisar oportunidades. Novos projetos devem ser desenvolvidos no ano que vem e lançados em 2022”, diz Guilherme Naves, sócio da consultoria especializada no segmento Radar PPP.

Neste ano apenas duas parcerias público-privadas de energia limpa foram iniciadas. Semana passada, o município de Angra dos Reis (RJ) assinou contrato com Enel X Brasil, Selt Engenharia e Mobit para investimentos de R\$ 22 milhões na modernização e gerenciamento do sistema de iluminação pública por 15 anos. No começo do ano, a prefeitura de Petrolina (PE) fechou contrato de 26,5 anos por R\$ 94,9 milhões com Enercom, Lira Empreendimentos, Mobit e UFV Sol para uma usina de geração fotovoltaica.

A Radar PPP aponta 16 licitações municipais e estaduais na área de energia em modelagem, além de quatro concorrências que devem se encerrar neste ano. Há ainda cinco projetos em fase de consulta pública. O calendário eleitoral costuma coincidir com a redução dessas iniciativas. “Anos eleitorais combinam com a reta final desses projetos; 2021 é uma oportunidade para os prefeitos, assim que assumirem, colocarem de pé projetos de infraestrutura”, afirma Naves.

Em geral, as prefeituras veem PPPs como oportunidade para reduzir o custo da energia paga pelo poder público e diminuir emissões de poluentes. “Os projetos dos municípios pioneiros em renováveis incentivaram a adoção destas soluções por outras cidades”, diz a sócia da consultoria Clean Energy Latin America Camila Ramos. Ela afirma que iniciativas internacionais, caso do grupo C40 de Grandes Cidades para Liderança do Clima, ajudam a ampliar o debate sobre o tema.

As principais soluções buscadas pelas prefeituras estão ligadas ao uso de energia solar e aproveitamento energético em prédios públicos. A previsão é

que nos próximos anos também despoem iniciativas de mobilidade elétrica e melhorias na iluminação pública, como a substituição das lâmpadas fluorescentes pelo LED. “Projetos de autossuficiência energética de prédios públicos devem aparecer bastante em 2021”, diz Naves.

O decreto 10.387, que criou debêntures verdes incentivadas para investimentos em infraestrutura com benefícios ambientais e sociais, pode aumentar a atratividade do setor privado pelas próximas chamadas. Além disso, o Projeto de Lei das Debêntures (PL 2646/2020), em discussão na Câmara, também tem potencial para ampliar o interesse privado pelas parcerias, caso seja aprovado.

O texto prevê que projetos de infraestrutura ligados ao desenvolvimento sustentável possam excluir da base de cálculo do Imposto sobre a Renda e da CSLL até 50% da soma dos juros pagos no exercício. “O mercado de infraestrutura atrai bancos, companhias de seguro e fundos de pensão. São projetos de longo prazo e que passam por vários governos, por isso são necessários incentivos seguros e claros para que os investidores privados assumam mais riscos. Há muitos projetos hoje e a lei das debêntures geraria incentivos importantes”, diz Mauricio Menezes, sócio do Moreira Menezes, Martins Advogados.

Apesar do baixo número de contratos assinados, 2020 ainda é o ano com o maior volume de novos projetos lançados desde 2013. Neste ano houve anúncio de 13 novas iniciativas para PPPs de energia limpa nos níveis federal, estadual e municipal, ante nove em 2019. “Há a consciência mais consolidada de que governos precisam se apoiar na iniciativa privada para realizar investimentos e tornar o gasto público mais eficiente”, diz Naves.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/11/2020

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Reajuste do aço

Os preços do aço devem sofrer reajustes pelo terceiro mês consecutivo em novembro. Os aumentos devem girar em torno de 4,5% a 10%, apurou o **Valor**. A Usiminas e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) implementaram os reajustes a partir de ontem e a ArcelorMittal aumentará os preços a partir de amanhã. Esse é o quarto reajuste no segundo semestre e, segundo uma fonte do setor, deverá ser o último do ano. “Com esses aumentos, a diferença entre o

ação importado e o produzido no país fica inexistente. Esses reajustes devem ser implementados em sua totalidade porque a demanda está crescente no mercado brasileiro.”

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/11/2020

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho — Do Rio

Título: CVM condena quatro ex-diretores da Petrobras

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) condenou ontem os ex-diretores da Petrobras Paulo Roberto Costa e Renato Duque a ficarem quinze anos sem assumir cargos de administrador ou conselheiro fiscal de companhias abertas. A autarquia concluiu o julgamento de ex-administradores da empresa por suposta violação do dever de diligência nas decisões de investimento nas refinarias Abreu e Lima (PE) e Comperj (RJ) nos governos dos ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. E decidiu absolver todos os demais acusados por falta de diligência, incluindo Dilma Rousseff e os ex-ministros Guido Mantega e Antônio Palocci, que atuaram como membros do conselho da estatal.

Duque e Costa foram condenados não por falta de diligência, mas por terem violado o “dever de lealdade” - ou seja, por terem votado a favor da construção das refinarias em troca de vantagens indevidas. Ex-diretor de abastecimento, Costa foi punido ainda com multas no valor total de R\$ 1 milhão, mais R\$ 150 mil por um terceiro processo que apurou a responsabilidade de administradores da estatal pelo descumprimento de normas contábeis na elaboração dos balanços de 2010 a 2014.

Nesse processo, além de Costa, o ex-presidente da petroleira José Sérgio Gabrielli e o ex-diretor financeiro Almir Barbassa foram multados em R\$ 150 mil cada por infração a artigos da Lei das S.A. e à Instrução CVM 480. A autarquia contesta o fato de a petroleira não ter feito a redução ao valor recuperável de ativos (“impairment”) da Abreu e Lima (rebatizada como Rnest), após a saída da venezuelana PDVSA do projeto. Cabe recurso ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN).

Hoje, a expectativa é que a CVM retome outros dois julgamentos pendentes e conclua se houve ou não conduta irregular dos auditores independentes (PWC e KPMG) nas demonstrações financeiras de 2010 a 2014 da Petrobras. Não há executivos da estatal nos casos.

Rnest e Comperj são dois símbolos dos esquemas de corrupção revelados na Lava-Jato. No voto do relator Henrique Machado, da CVM, ele cita que, na

passagem da fase de planejamento para a fase de execução da refinaria pernambucana, em 2009, a empresa reviu a previsão de custo do empreendimento de US\$ 4,1 bilhões para US\$ 13,3 bilhões. Machado votou a favor da condenação de 17 ex-diretores e ex-conselheiros, em multas que somam R\$ 10,5 milhões, por falta de diligência na deliberação sobre o avanço da Rnest.

Os demais diretores da CVM, Gustavo Gonzalez e Flávia Perlingeiro votaram pela absolvição dos acusados. No caso da pauta sobre as obras do Comperj, foram absolvidos os 22 ex-conselheiros acusados. As condenações dos ex-diretores Barbassa, Guilherme Estrella, Gabrielli, Nestor Ceveró, Duque e Maria das Graças Foster, sugeridas pelo relator, não foram acatadas.

O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, costuma se referir ao Comperj e à Rnest como “cemitérios da corrupção”. Os desvios nas obras da refinaria do Rio, por exemplo, foram a base da primeira condenação do ex-governador Sérgio Cabral, preso por recebimento de propina de R\$ 2,7 milhões da Andrade Gutierrez.

O tamanho do desperdício de dinheiro na construção das duas refinarias é superlativo: o Comperj, por exemplo, foi abandonado em 2015 com mais de 80% das obras executadas e já tendo absorvido investimentos de mais de US\$ 13 bilhões. Dinheiro irrecuperável. Desde 2014, a Petrobras já contabilizou “impairments” de R\$ 45 bilhões devido às perspectivas de perdas com os projetos.

Depois de concluir que o Comperj não é economicamente viável, a Petrobras pôs uma pá de cal naquele que era, originalmente, um projeto de um complexo petroquímico, mas que, ao fim, será algo bem diferente de tudo o que se planejou na era da bonança: um polo de gás natural, rebatizado de GasLub. Já a Rnest está à venda.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/11/2020

Seção: Empresas

Autor: Gabriela Ruddy — Do Rio

Título: Estatal escolhe executiva da casa para comandar nova gerência climática

Petrobras escolhe Viviana Coelho, executiva com 18 anos de ‘casa’, para conduzir gerência-executiva de mudança climática

Em meio às pressões do mercado para que as empresas adotem cada vez mais políticas sustentáveis em seus negócios, a Petrobras criou uma gerência-executiva para tratar de mudanças climáticas. A nova estrutura será liderada

por Viviana Coelho, funcionária de carreira na estatal há 18 anos. “Para que a Petrobras seja um ‘player’ eficiente precisamos operar entre os melhores na baixa emissão de carbono e nos baixos custos pois é isso que vai assegurar a longevidade das operações”, disse a executiva. Até agora ela era gerente de emissões, eficiência energética e transição para baixo carbono da estatal.

A partir da criação da gerência-executiva de mudança climática, a Petrobras quer que os temas relacionados à sustentabilidade estejam mais presentes nos processos de decisão da alta gestão da companhia. A estatal comunicou ao mercado a criação da divisão na semana passada ao divulgar os resultados do terceiro trimestre. O nome de Viviana para o cargo só foi confirmado ontem.

A executiva vai se reportar ao diretor-executivo de relações institucionais, Roberto Ardenghy, que também cuida das áreas de responsabilidade social, saúde e segurança. Com a mudança, a unidade de Ardenghy passa a se chamar diretoria-executiva de relacionamento institucional e sustentabilidade.

A iniciativa ocorre em meio ao avanço da agenda de investimentos em empresas que assumam práticas de responsabilidade ambiental, social e de governança (ESG, na sigla em inglês). A tendência é que pautas como gestão de carbono, redução das emissões atmosféricas, eficiência energética e mudança do clima sejam cada vez mais consideradas nos processos decisórios da companhia. “A Petrobras está embarcando no mundo ESG de maneira mais estruturada e com objetivos concretos. Este é um trabalho que existe há anos na companhia, mas a criação da nova unidade dará mais foco e objetividade”, disse Ardenghy.

Ele afirmou que a questão climática vai estar entre os pilares do novo plano de negócios da companhia para 2021-2025, que será divulgado em 30 de novembro. “A expectativa é que o plano reforce a mensagem de que a mudança climática, além dos objetivos nas áreas de responsabilidade social e governança, continua no topo da agenda. Não é mais plausível imaginar um futuro em que o carbono não seja uma questão de competitividade e que não afete a geração de valor”, disse o diretor.

Entretanto, a Petrobras ainda não anunciará metas para atingir emissões zero de carbono nas operações da empresa, à exemplo de outras petroleiras. Esta semana a norueguesa Equinor afirmou que pretende alcançar a métrica em 2050, seguindo a anglo-holandesa Shell que havia estabelecido o mesmo prazo para zerar emissões.

“Temos como foco metas quantificáveis e palpáveis, para um prazo mais curto, relacionadas às decisões que estão sendo tomadas no portfólio atual. Não temos metas para 2050, mas temos metas ambiciosas para o curto prazo.

Temos preocupação grande com a concretude das metas e em não fazer com que o desempenho em 2050 acabe sendo uma forma de não cumprirmos o desempenho agora”, disse Viviana. A Petrobras tem como meta reduzir até 2025 as emissões para 15kg de carbono equivalente (CO2 e) por barril de óleo equivalente (boe), métrica hoje em 17,3kg de CO2.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/11/2020

Seção: Empresas

Autor: Murillo Camarotto — De Brasília

Título: Diretor da Aneel vai ao Cade e MPF contra decisão da agência

Um diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) decidiu apelar ao Ministério Público Federal (MPF) e ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) contra uma decisão da autarquia da qual ele discordou e foi voto vencido. Sandoval de Araújo Feitosa, que está na Aneel desde 2018, se posicionou contrariamente a um acordo firmado na semana passada entre a agência reguladora e a ISA Cteep, uma das principais transmissoras de energia do país.

Pelo acordo, aprovado pela diretoria colegiada da Aneel no dia 26, a empresa aceitou reduzir em 13% a Receita Anual Permitida (RAP) para a concessionária Interligação Elétrica Tibagi, que vai atender os Estados de São Paulo e do Paraná.

Após vencer, em 2017, o leilão para a construção de uma linha de transmissão no interior paulista, a Tibagi decidiu mudar a localização de uma subestação, estratégia que possibilitou uma redução importante nos custos totais do projeto.

Ocorre que a mudança de localização - justificada por limitações técnicas relacionadas à proposta original - não estava prevista no edital da licitação, ou seja, as outras empresas que participaram do certame não tiveram chance de concorrer nas mesmas condições.

A proposta vencedora representou deságio de 32,2% em relação ao teto proposto no edital. A segunda melhor proposta ofereceu diferença bem menor, de pouco mais de 5% abaixo.

Um processo administrativo foi aberto e, após várias idas e vindas e pedidos de vista, a diretoria da Aneel aprovou, por maioria, a celebração do acordo. A concessionária aceitou reduzir a RAP de R\$ 18,3 milhões para R\$ 15,9 milhões, além de uma penalidade de pouco mais de R\$ 6,7 milhões, que será paga em meados do ano que vem.

Relatora do processo, a diretora Elisa Barros chegou a considerar a possibilidade de envio dos autos ao Cade e ao Ministério Público, mas em seguida entendeu que o acordo seria a melhor saída. Em linha, o diretor-geral, André Pepitone entendeu que cancelar o leilão seria a forma mais custosa tanto em aspectos temporais quanto financeiros, traria insegurança jurídica e não resolveria o problema.

Em nota, a Aneel informou que decidiu “não encaminhar questão já superada para o Cade e MPF, diante da adoção no âmbito regulatório de instrumentos consensuais saneadores dos descumprimentos das regras editalícias e contratuais”.

Feitosa decidiu apelar ao Cade e ao MPF. Em ofícios encaminhados ao procurador-geral da República, Augusto Aras, e ao presidente do Cade, Alexandre Barreto, o diretor da agência fala em infração à ordem econômica e até em crime.

Nos documentos, Feitosa lembra que a Lei de Licitações tipifica como crime “o ato de frustrar o caráter competitivo do procedimento licitatório, a fim de obter vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação”. Em nota, ele negou que esteja questionando decisões técnicas da agência, mas reiterou o entendimento de que as questões merecem tratamento por parte do Cade e do MP.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/11/2020

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos — De São Paulo

Título: Vendas de etanol continuam em recuperação no país

Segundo a ANP, foram 1,7 bilhão de litros de hidratado em setembro, maior patamar desde o início da pandemia

As vendas de etanol hidratado (usado diretamente nos tanques dos veículos) continuaram em forte recuperação no país em setembro e atingiram 1,7 bilhão de litros, maior patamar desde o início da pandemia. De acordo com dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), em relação a agosto houve crescimento de 8,3%, mas ante setembro do ano passado o volume ainda foi 9,2% menor.

Foi o melhor mês de consumo doméstico desde fevereiro (1,8 bilhão de litros), quando a pandemia ainda não havia afetado o mercado. Na comparação com a média mensal de março a agosto, o incremento em setembro foi de 17,9%, como realçou a União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica).

Em 12 Estados do país, o consumo de etanol em setembro já foi maior que no mesmo mês de 2019. Os destaques foram as regiões Norte e Nordeste do país, onde as vendas de hidratado cresceram 9,8% e 1% na comparação anual, respectivamente.

Nos nove primeiros meses do ano, as vendas do biocombustível chegaram a 13,7 bilhões de litros, uma queda de 16% ante o mesmo período de 2019. Mesmo assim, segundo a Unica, foi o segundo melhor resultado da série histórica para o período.

O etanol manteve sua participação no ciclo Otto em 47% de janeiro a setembro, pouco abaixo da fatia de 48,2% registrada em igual intervalo de 2019.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/11/2020

Seção: Legislação e Tributos

Autor: Beatriz Olivon — De Brasília

Título: STF vai reiniciar julgamento sobre taxa de exploração de minérios

O Supremo Tribunal Federal (STF) vai reiniciar o julgamento sobre cobrança de taxa de exploração de minérios. O tema estava no Plenário Virtual, com maioria formada contra o contribuinte. Porém, a pedido do ministro Luiz Fux, passará a ser analisado presencialmente. Não há previsão de quando a questão será julgada.

A ação (ADI 4785) foi proposta pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) contra a Lei nº 19.976, de 2011, editada pelo governo de Minas Gerais. A norma instituiu a Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários (TFRM).

Para a CNI, trata-se de um “imposto mascarado de taxa”. Ainda segundo a confederação, os Estados não têm competência para legislar sobre recursos minerários, sobre os quais não possuem titularidade, assim como não têm poder de polícia capaz de autorizar a criação de taxa de fiscalização dessa atividade.

Existem pelo menos mais duas ações do tipo contra leis semelhantes, editadas pelos Estados do Pará e Amapá. Mas elas não foram pautadas. De forma geral, nos três Estados, o que gera a cobrança da taxa é o “poder de polícia”, exercido no momento da venda ou da transferência entre estabelecimentos pertencentes ao titular do minério extraído.

Originalmente, a lei de Minas Gerais previa isenção da taxa aos recursos minerais destinados à industrialização. Mas norma posterior alterou este ponto e, no Supremo, os ministros afastaram esse aspecto do julgamento.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais alega na ação que a fiscalização da atividade mineradora exige investimentos. Além disso, afirma que não há confisco e que a tributação questionada não representa sequer 1% da receita bruta ou 2,5% do lucro do setor.

“A maior mineradora do país paga 2,3% de sua receita a título de tributos aos brasileiros e apresenta uma lucratividade de 37,9% de seu faturamento bruto”, diz a assembleia na ação.

O relator, ministro Edson Fachin, votou para negar o pedido da CNI - sem julgar a parte sobre a isenção. Foi seguido pelos ministros Cármen Lúcia, Alexandre de Moraes, Ricardo Lewandowski, Dias Toffoli e Celso de Mello, que se aposentou e, portanto, não vai participar do novo julgamento.

Para o relator, em atuação subsidiária, é possível ao ente federativo estadual desempenhar atividade administrativa, remunerada mediante taxa. A taxa cobrada por Minas Gerais, acrescenta em seu voto, não é desproporcional e, por isso, seria legítima.

O ministro Marco Aurélio abriu a divergência, seguido pelos ministros Luís Roberto Barroso e Gilmar Mendes. Para Marco Aurélio, o Estado usurpou da competência da União ao legislar. “A busca incessante por receita tem levado a distorções”, afirma em seu voto. Faltavam as manifestações da ministra Rosa Weber e do ministro Luiz Fux, que pediu o destaque, levando o caso ao Plenário.

Para o advogado Paulo Honório de Castro Júnior, do escritório William Freire Advogados Associados, que apresentou pareceres no processo, desde que a taxa foi criada, em 2011, as empresas têm obtido liminares contra o recolhimento. Ele lembra que existe um precedente do STF sobre o tema, de 2019. Na ocasião, o Plenário desautorizou a cobrança de taxa de fiscalização de recursos hídricos no Amapá (ADI 6211). Prevaleceu o voto do ministro Marco Aurélio.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/11/2020

Seção: Cartas de Leitores

Autor: Gerência de Imprensa da Petrobras

Título: Petrobras

A Petrobras esclarece que, ao contrário do informado na matéria “Estatal manterá curva de produção intacta”, de 30 de outubro, a companhia ainda não divulgou a revisão da sua curva de produção prevista até 2024. O potencial impacto na curva de produção da revisão dos investimentos em E&P só será divulgado após a conclusão e aprovação do Plano Estratégico 2021-25. Cabe reiterar que a expectativa de manutenção, em 2024, de volume de petróleo similar ao produzido em 2019 se refere exclusivamente à Bacia de Campos, conforme informado durante webcast para investidores, na ocasião da divulgação dos resultados financeiros do terceiro trimestre de 2020.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/11/2020

Seção: Internacional

Autor: Daniela Chiaretti — De São Paulo

Título: Disputa nos EUA é marco para era dos combustíveis fósseis

As eleições presidenciais nos Estados Unidos são das mais decisivas na história moderna em termos climáticos. O mundo está entrando na década crucial em que é preciso reverter a curva de carbono e reduzir pela metade a emissão de gases-estufa, e os EUA são o segundo maior emissor global.

Se Donald Trump se reeleger e seguir negando a ciência e o aquecimento global, a maior economia continuará a enviar sinais confusos a países como o Brasil e ao mercado financeiro, que tem que bancar a transição para economias zero-carbono. Por outro lado, se for o democrata Joe Biden a vencer, pode ser criado um G3 climático pela primeira vez na história formado pela União Europeia (UE), China e EUA, todos buscando a descarbonização em 30 anos. “É o começo do fim da era dos combustíveis fósseis”, analisa o hidrólogo sueco Johan Rockström, um dos maiores climatologistas do mundo.

Entre 2020 e 2030 as emissões globais de gases-estufa têm que ser cortadas pela metade, se o que se quer é evitar os impactos mais perigosos da mudança do clima e conter o aquecimento global aos limites previstos no Acordo de Paris, lembra ele. Desde 2018 Rockström dirige o renomado Potsdam Institute for Climate Impact Research, o PIK, junto com o alemão Ottmar Edenhofer.

Famoso por ter coordenado em 2009 um grupo de 28 pesquisadores que mostrou que a humanidade cruzou três de nove fronteiras planetárias que podem levar a pontos de virada irreversíveis no sistema terrestre e a catástrofes, Rockström diz que Trump falhou, “por sorte do mundo”, em fazer com que os EUA investissem pesado em carvão e combustíveis fósseis. “Falhou porque não faz mais sentido econômico investir em carvão”, diz. Apesar da

retórica política do republicano, o mercado viu que é mais barato investir em energias renováveis.

Se Biden vencer, contudo, e a UE, a China e os EUA buscarem a descarbonização, há ameaça de “vazamento de carbono” para economias emergentes - ou seja, as indústrias podem querer migrar para países com menos regras ambientais e onde emitir carbono será mais barato. Para proteger suas indústrias, a UE estuda uma taxa de carbono de fronteira. O sueco acredita que nem Biden nem Trump deixarão isso acontecer nos EUA. “Vazamento de carbono também significa vazamento de trabalho e empregos”, lembra.

O cientista sueco diz que o Brasil, com a maior floresta tropical do mundo, é um ator poderoso para determinar o futuro da humanidade. “Quem está em São Paulo se preocupa com a floresta, e eu, em Estocolmo, também. A minha vida também depende da Amazônia”, diz.

A seguir trechos da entrevista que Rockström concedeu ao **Valor** de Estocolmo:

Valor: *Por que as eleições presidenciais americanas são importantes para proteger o clima global?*

Johan Rockström: Eu diria que estas eleições nos Estados Unidos são uma das mais decisivas na história moderna se pensarmos no futuro do clima e da sustentabilidade do planeta. A razão disso não é apenas a forte polarização que existe entre republicanos e democratas, mas é porque chegamos à década decisiva da proteção do clima. Entre 2020 e 2030 as emissões globais de gases-estufa têm que ser cortadas pela metade. Este é o ano, 2020, em que precisamos começar a reverter a curva de emissões globais e começar, determinadamente, a reduzir em todos os países, no mundo todo. Só assim para que alcancemos uma economia net-zero [economia de emissões líquidas zero, situação em que as fontes de emissão se equivalem às que retêm gases-estufa] no meio do século. Isso é daqui a 30 anos. Durante os últimos 30 anos tivemos muito sucesso com avanços científicos e apoio político, mas estamos apenas fazendo mudanças marginais e não as transformações significativas que são necessárias.

Valor: *O que o senhor quer dizer?*

Rockström: Poucos países realmente começaram a transformação. Não apenas migrando para economias de zero carbono, mas também evitando a destruição dos reservatórios de carbono [como florestas e oceanos] e as perdas de biodiversidade. E agora alcançamos o fim da estrada.

Se Trump continuar a negar a ciência, os EUA seguirão enviando sinais fragmentados e confusos ao resto do mundo”

Valor: *O fim da estrada?*

Rockström: Agora estamos no ponto em que, se falharmos nos próximos dez anos, arriscamos pressionar os 'tipping points', os pontos de virada irreversíveis no sistema terrestre e que vão tornar o processo impossível de parar.

Valor: *Quais pontos?*

Rockström: Termos um aquecimento que exceda o limite de 2°C e submeta todas as futuras gerações a um aumento do nível do mar de mais de um metro. De termos constantes incêndios florestais, secas, ondas de calor e uma frequência de tempestades que tornarão o mundo muito prejudicial para humanos e para a economia. É por isso que esta eleição é tão importante.

Valor: *E se os cidadãos americanos escolherem ter mais quatro anos de governo Trump?*

Rockström: Antes de responder quero fazer um desvio: felizmente para todos os países no mundo, Trump falhou.

Valor: *Como, falhou?*

Rockström: Falhou em entregar o que prometeu - mais investimentos em carvão e em combustíveis fósseis. Falhou porque não faz mais sentido econômico investir em carvão. Apesar de sua retórica política, os negócios nos Estados Unidos eliminaram o carvão no país até mais rápido do que o presidente Barack Obama procurou fazer. Mas o problema com Trump é outro.

Valor: *Qual?*

Rockström: O problema é que se ele continuar a negar a ciência, a negar o aquecimento global, a negar que existe uma agenda estratégica para descarbonizar os sistemas energéticos e termos uma economia competitiva baseada em renováveis, mandará o sinal errado para países como o Brasil, a Indonésia, a Turquia, a Índia, as grandes economias africanas da Nigéria, África do Sul, Etiópia. Cria uma sensação de confusão no mundo. Teremos a mais poderosa economia enviando sinais fragmentados e confusos. Não é só sobre o impacto nos EUA, mas sobre o que isso significa para o mundo. O setor financeiro global deve se sentir confiante de que os mercados de amanhã são renováveis. Esta é a grande preocupação.

Valor: *Com Joe Biden este cenário seria outro?*

Rockström: Se Joe Biden entrar na Casa Branca, a primeira coisa que irá ocorrer é que os Estados Unidos voltarão ao Acordo de Paris. Este ponto dará segurança

a todos os outros países. O segundo ponto, que eu acho mais importante, é que se criará pela primeira vez um G3 de clima no mundo.

Valor: *Um grupo de três?*

Rockström: Sim. União Europeia, China e Estados Unidos. As três regiões econômicas mais importantes vão se amarrar ao mastro do veleiro dizendo ‘net-zero em 2050’. Imagine o que pode significar, as três maiores economias dizendo: ‘Vamos descarbonizar em 30 anos’. A União Europeia já está zarpando. A China anunciou agora que fará o mesmo, o mais tardar, em 2060. Pode ser antes. Biden disse que os Estados Unidos será net-zero em 2050. Tenho quase certeza que se Biden se tornar presidente e se os EUA ingressarem neste rumo, teremos um G3 para o clima, e então os sinais para o mundo serão claros como cristais. É o começo do fim da era dos combustíveis fósseis. E como posso afirmar isso sendo um professor de ciências do sistema terrestre?

Valor: *Sim?*

Rockström: Porque faz sentido econômico. Porque a mobilidade elétrica compete hoje com veículos a gasolina e diesel. Porque a eletricidade é mais barata sendo produzida hoje através de ventos, Sol e biomassa do que carvão na maioria dos mercados do mundo. Não precisamos mais dos argumentos de sustentabilidade para sair dos combustíveis fósseis. Isso está ficando realmente interessante. Dez anos atrás os argumentos tinham a perspectiva ambiental. Hoje os argumentos têm também a perspectiva financeira.

Antes havia só a perspectiva ambiental. Hoje existe também a perspectiva financeira como estímulo à transição”

Valor: *Quando o petróleo irá atingir o pico do consumo? A exploração de petróleo está mais perto do que o mercado chama de stranded assets, os ativos podres?*

Rockström: Não estou tão certo em relação ao petróleo. No caso do carvão, já atingimos o pico. Vimos o presidente Trump dizendo que amava o carvão, colocando todos os subsídios possíveis ali e mesmo assim, caiu o consumo. O pico, no caso do uso de carvão, ocorreu há vários anos. Mas com o petróleo é diferente. Gostemos ou não, temos que admitir que petróleo é um vetor de energia muito eficiente e é difícil competir com ele na fase de transição. Vamos ver demanda por petróleo nas próximas décadas.

Valor: *Como o senhor imagina a eliminação do petróleo?*

Rockström: Há setores com mais dificuldade de se livrarem dos combustíveis fósseis como o transporte pesado a caminhões, a siderurgia, a aviação e o

transporte marítimo. Estes setores se tornarão livres de combustíveis fósseis, estou totalmente convencido, mas de modo mais vagaroso. São os setores que irão consumir o último petróleo do mundo. Precisamos reconhecer isso e identificar os setores que inevitavelmente vão precisar daquele petróleo restante e que irão consumir o orçamento de carbono que nos resta.

Valor: *O senhor pode explicar?*

Rockström: Temos um orçamento de carbono pequeno sobrando: só 340 bilhões de toneladas de CO₂ para emitir se queremos ter alguma chance de manter o aquecimento global em 1,5°C. Ou 600 a 700 bilhões de toneladas se quisermos ficar abaixo de 2°C. Isso é o equivalente a 10 ou 20 anos de emissões globais se continuarmos como hoje. Por isso precisamos identificar os setores que inevitavelmente vão precisar daquele petróleo restante. Por isso os outros setores, com mais facilidade, terão que descarbonizar muito mais rápido. E qual é o mais rápido? Eletricidade. Então, a primeira coisa que temos que fazer é começar a produzir toda a energia do mundo através de energias renováveis. Esta é a fruta da árvore que está mais próxima de nós. Com petróleo é tudo mais desafiador. Irá acontecer, mas mais devagar.

Valor: *Como evitar o risco de vazamento de carbono com o G3? Ou seja, que empresas europeias, chinesas ou americanas migrem para economias em desenvolvimento?*

Rockström: Há um risco real nisso. Existem algumas medidas que podem e devem ser feitas. A número um é óbvia: colocar um preço ao carbono. O espírito dos Estados Unidos, que hoje é “America First”, quer dizer que tanto Biden quanto Trump não vão permitir vazamento de carbono. Porque vazamento de carbono é a mesma coisa que vazamento da força de trabalho, dos empregos. Ou seja, transferir a outros países posições de trabalho. Por isso acredito em um forte debate sobre colocar preço ao carbono para evitar o vazamento. Não acredito em um preço global de carbono, porque aprendemos que isso é muito difícil de acontecer. Mas o que podemos fazer é começar a colocar tarifas de importação ao carbono. Isso poderá ocorrer no G3, com todos os produtos importados, e assim nivelando a competitividade do mercado para evitar o vazamento. Mas isso, é claro, será muito doloroso para os países em desenvolvimento que dependem das exportações.

Valor: *O que pode ser feito?*

Rockström: Combinar as tarifas de importação dentro do G3 com esquemas financeiros de transferência de recursos muito subsidiados, como créditos e empréstimos para países em desenvolvimento, para que possam investir em infraestrutura renovável. O motivo pelo qual a África do Sul não migra

rapidamente para energia solar e eólica é que a taxa de juros para empréstimos é tão alta que mantém a geração de energia a combustível fóssil ainda competitiva. Então, estes dois mecanismos podem ajudar a fazer que gradativamente os países em desenvolvimento possam ter exportações de zero carbono também. Há maneiras de lidar com estes desafios. Existe outro ponto, mais importante até.

Valor: *Qual seria?*

Rockström: Minha opinião é que quando o G3 começar a se mexer rumo à descarbonização para que suas economias sejam zero-carbono em 30 anos, haverá tanta inovação, tanta tecnologia e novas maneiras de produção, que isso irá transbordar ao mundo em desenvolvimento como uma corrida competitiva. Como foi com os telefones celulares e a internet que se espalharam pelo mundo rapidamente. Acredito que veremos tecnologias de zero carbono também virando norma. Enfrentaremos desafios tremendos, mas a beleza, neste caso, é que temos muitas evidências que a rota sustentável é mais competitiva e atraente. É uma situação única.

Valor: *Por quê?*

Rockström: No passado, resolver problemas ambientais esteve sempre associado a um certo nível de sacrifício e a custos. Mas agora é diferente. Podemos ver uma dinâmica em que forças de mercado podem acelerar o caminho da direção do zero carbono. É diferente de colocar um freio no desenvolvimento.

Valor: *É pela ameaça de vazamento de carbono e fuga de empresas que a União Europeia estuda uma taxa de carbono de fronteira?*

Rockström: Exatamente. E para ter um mercado justo e competitivo dentro da União Europeia. Mas também como um incentivo para as nações exportadoras começarem sua própria transição.

Valor: *Qual a importância do Brasil nesta dinâmica global?*

Rockström: O Brasil é uma das super potências quando o assunto é determinar o estado ambiental do planeta Terra. O país hospeda o mais rico ecossistema do mundo, a floresta tropical amazônica, que também é um dos mais importantes reservatórios de carbono e um sistema que regulamenta o fluxo de água através da América do Sul. O Brasil é uma super potência no que diz respeito ao futuro de todos em termos de condições de vida no longo prazo. Porque se perdemos a floresta amazônica teremos impacto no sistema climático global. No Brasil, Carlos Nobre, um dos cientistas líderes no mundo, mostra que o desmatamento está se aproximando perigosamente de um 'tipping point' em que a Amazônia

poderia deixar de ser floresta e se tornar savana. Se virar a Amazônia uma savana seca, não se perderá apenas biodiversidade, mas também carbono e capacidade de geração de água. A Amazônia é decisiva no clima.

Valor: *Decisiva, quanto?*

Rockström: Tão decisiva que eu a chamo de ‘global common’, ou bem comum. No passado falávamos que bens comuns eram a Antártica, as zonas de alto mar e o espaço sideral. Mas hoje ameaçamos tanto a estabilidade da Terra que nos damos conta que as florestas tropicais da Amazônia, do Congo e da Indonésia também são bens comuns porque não podemos correr o risco de perdê-las. Elas importam a todos. Quem está em São Paulo se preocupa com a floresta, e eu, em Estocolmo, também. A minha vida também depende da Amazônia. Não é apenas um assunto brasileiro. Claro, isso é muito desafiador porque é a floresta dos brasileiros. Digo que é um bem comum no sentido que todos dependem da saúde da floresta. Espero que o Brasil veja que a sua responsabilidade e que o mundo veja a super potência que o Brasil é. O Brasil é uma grande economia e também hospeda o mais precioso componente do que determina o estado do planeta.

Valor: *Como o senhor vê o que ocorre hoje na Amazônia?*

Rockström: Estou muito preocupado com o que acontece no Brasil e com a falta de vontade do presidente Bolsonaro de ver o valor para o Brasil, para o bem-estar dos brasileiros, para a economia brasileira e para a economia global de realmente proteger a floresta amazônica. Já se cortou 17% da floresta. Nobre e outros pesquisadores dizem que se perdermos 20% a 25% da Amazônia pode-se chegar ao ponto em que não se pode mais voltar atrás. Não gostaria de me aproximar tanto deste nível de risco.

Valor: *A revista Nature diz que ciência e política são inseparáveis e que a ciência vem sendo ignorada. O que pensa disso?*

Rockström: Me sinto triste sobre este período em que há tanto desrespeito ao conhecimento e aos fatos. Sete anos atrás eu sentia uma excitação no que parecia um novo renascimento com tecnologia, ciência, inovação, revolução digital. Mas aí veio Donald Trump, que é sintoma e não a causa de uma polarização generalizada em que a mídia social, o horizonte digital e o mundo super conectado permitem às pessoas criarem suas próprias verdades. Mas sinto que a pandemia devolveu à Ciência algum respeito. Creio que estamos em uma fase temporária em que há muita turbulência e frustração, mas no longo prazo creio que estaremos nos movendo a um inevitável desenvolvimento baseado em ciência. Pela simples razão que, se falharmos, deslizaremos para um mundo insustentável e muito mais conflituoso. Ou transitaremos para um

mundo mais próspero, saudável e equilibrado baseado em ciência e com mais dados, mais observações sobre a Terra, mais informações ecológicas, econômicas e inovação.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 04/11/2020

Seção: Colunas

Autor: FERNANDA GUIMARÃES E CYNTHIA DECLOEDT

Título: » Tudo junto.

Coluna do broadcast

De maneira inesperada, a Petrobrás opinou sobre a compra da Linx pela Stone, junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Ao ser instada pelo órgão antitruste, a Petrobrás identificou que a BR Distribuidora havia assinado contratos com as empresas envolvidas em processo de união. A BR, porém, deixou de ser controlada pela estatal, após vendas de ações via oferta em Bolsa.

» Papel social. Mesmo assim, a Petrobrás disse, em documento entregue ao Cade, que foi atrás das considerações de sua ex-subsidiária integral, para colaborar com a defesa da concorrência. O documento afirmou que quase todos os postos BR Mania utilizam a solução de automação da Linx.

» Agora sim. A BR, assim, disse que pode haver risco em relação à priorização ou à preferência da Stone para integração dos sistemas de gestão da Linx, em detrimento de outros meios de pagamento ou a criação de barreiras de entrada de novas empresas de maquininhas.

» Tendência. Apesar disso, afirmou entender que a relação entre os serviços de soluções de pagamento e software de gestão empresarial é de complementariedade. Procurada, a Linx disse que prefere não comentar o assunto até que o “processo esteja totalmente finalizado” e que o “mercado e demais interessados serão informados por meio dos comunicados oficiais da empresa”. Já a Stone não comentou.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 04/11/2020

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: CVM condena ex-diretores petistas da Petrobras, mas absolve Dilma Rousseff

A CVM (Comissão de Valores Mobiliários) condenou nesta terça (3) quatro ex-dirigentes da Petrobras em casos relacionados a investimentos em projetos investigados pela Operação Lava Jato. Também acusados, a ex-presidente Dilma Rousseff e ministros do seu governo foram absolvidos.

Os processos referem-se à construção do Comperj (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro) e da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, projetos que constaram das colaborações premiadas de ex-diretores da empresa à Lava Jato.

Primeiro delator da operação, o ex-diretor de Abastecimento, Paulo Roberto Costa, recebeu a maior pena: foi condenado a multas que somam R\$ 1,15 milhão e inabilitação para administrar empresa de capital aberto por 15 anos.

As condenações são pela aprovação dos projetos em troca de vantagens indevidas e porque a empresa não reconheceu em seu balanço perdas com o projeto da Abreu e Lima após o fim da parceria com a venezuelana PDVSA, que seria sócia da refinaria.

O colegiado da CVM concluiu que Gabrielli e o ex-diretor financeiro da estatal Almir Barbassa também falharam nesse item. Eles também receberam multa de R\$ 150 mil. Já o ex-diretor de Serviços, Renato Duque, foi inabilitado de administrar empresa de capital aberto por 15 anos.

O relator dos três processos na CVM, o diretor Henrique Machado, propôs a condenação de todos os diretores da estatal que participaram da elaboração dos projetos, além de representantes dos conselhos de administração e fiscal na época em que os investimentos foram aprovados.

Essa lista incluía, além de Dilma, os ex-ministros Cidinho Mantega e Antônio Palocci (Fazenda), Silas Rondeau (Minas e Energia) e o ex-presidente do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) Luciano Coutinho. Ao todo foram pedidos cerca de R\$ 16 milhões em multas.

Mas a proposta foi derrotada pelos outros dois diretores que participaram do julgamento, Gustavo Gonzalez e Flávia Perlingeiro. O presidente da CVM, Marcelo Barbosa, se declarou impedido para julgar os processos.

Gonzalez e Perlingeiro alegaram que o conselho de administração não tinha como questionar informações passadas pela diretoria e que chegou a pedir medidas para melhorar os projetos.

Derrotado, Machado questionou os colegas, afirmando que a acusação da área técnica da CVM mostrou que houve alertas ao conselho sobre a inviabilidade dos investimentos — a proposta de construção da Refinaria Abreu e Lima chegou a ser apresentada mesmo com previsão de perdas de R\$ 3 bilhões.

“Resta incontroverso que os acusados foram informados que atuavam em desacordo com as normas corporativas”, afirmou. O julgamento foi iniciado no fim de agosto, mas havia sido suspenso por pedido de vista pelos diretores Gonzalez e Perlingeiro.

Em geral, as defesas dos ex-diretores alegaram que eles deveriam confiar nas informações do corpo técnico da companhia, lá os conselheiros alegaram que aprovavam apenas a continuidade das negociações para viabilizar os investimentos.

Dois dos maiores projetos aprovados pela Petrobras durante os governos petistas, o Comperj e a Refinaria Abreu e Lima são apontados como responsáveis por terem representado perdas bilionárias à companhia.

O primeiro foi praticamente abandonado: criado para ser um complexo de refinarias e unidades petroquímicas, só tem hoje obras para concluir uma unidade de tratamento de gás natural do pré-sal.

O segundo está em operação, mas apenas com a primeira fase concluída, e foi incluído no plano de venda de ativos da estatal.

VEÍCULO: O Globo

Data: 04/11/2020

Seção: Economia

Autor: BRUNO ROSA

Título: CVM condena quatro ex-executivos da Petrobras

José Sérgio Gabrielli, Almir Barbassa, Paulo Roberto Costa e Renato Duque foram responsabilizados por irregularidades nas obras da refinaria Abreu e Lima e do Comperj. Todos podem recorrer das decisões

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) condenou o ex-presidente da Petrobras José Sérgio Gabrielli e outros três ex-diretores da estatal por irregularidades envolvendo a Refinaria Abreu e Lima (Rnest), em Pernambuco, e o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), dois casos de corrupção revelados pela Operação Lava-Jato.

A CVM julgou ontem três processos envolvendo a estatal que estavam suspensos desde agosto. No processo sobre perdas do valor dos ativos (impairment ou baixa contábil), registradas nos balanços de 2010 a 2014, a CVM condenou, por maioria, Gabrielli, Almir Guilherme Barbassa (ex-diretor Financeiro) e Paulo Roberto Costa (ex-diretor de Abastecimento) à multa de R\$ 150 mil cada um, por serem responsáveis pelo balanço de 2010.

A CVM destacou a demora da estatal em registrar a desvalorização de cerca de R\$ 9,1 bilhões da segunda unidade de refino da Rnest. Segundo a Comissão, em 2010, a Petrobras deveria ter feito um teste de impairment desse ativo de forma isolada, sem levar em conta o resto do parque do refino, o que não foi feito. Isso ajudou a estatal a acumular perdas que chegaram a R\$ 44,5 bilhões no balanço de 2014.

Em outros dois processos sobre a Rnest e o Comperj, por unanimidade, o colegiado condenou Renato Duque (ex-diretor de Engenharia e Serviços da estatal) e Paulo Roberto Costa a não ocuparem cargos de administrador ou conselheiro fiscal de companhia aberta por 15 anos.

Duque e Costa foram acusados de obter vantagens indevidas durante as obras da Rnest do Comperj. Costa ainda recebeu multa de R\$ 1 milhão, R\$ 500 mil em cada um dos processos. No caso da Rnest, Costa foi condenado “por ter violado o seu dever de lealdade, ao propor e votar favoravelmente pela aprovação da passagem do projeto Rnest à fase IV, em troca de vantagens indevidas”. Segundo a CVM, nessa mudança de fase, “a previsão custo para construção da refinaria foi modificada de US\$4,1 bilhões para US\$ 13,3 bilhões”!

— Houve vários sinais de alerta sobre a inviabilidade da refinaria de Abreu e Lima e da parceria com a Venezuela. Isso mostra o comportamento dos diretores. Várias red flags (bandeiras vermelhas) — disse Henrique Machado, diretor da CVM.

No caso do Comperj, o problema foi a evolução das estimativas de investimento. “Foi verificado que o montante a ser investido no projeto teria aumentado de US\$ 3 bilhões para US\$ 5,2 bilhões. Esse acréscimo de 73% teria excedido a margem de erro prevista na Sistemática Corporativa”, informou a CVM. Todos podem recorrer das decisões.

Os outros acusados no caso do Comperj foram absolvidos ou tiveram reconhecida a prescrição da possível irregularidade. São eles, Sérgio Gabrielli, a ex-presidente Maria das Graças Foster, e os ex-integrantes dos conselhos Fiscal e de Administração da companhia, Dilma Rousseff, Fábio Barbosa, Guido Mantega, Ildo Luís Sauer, Jorge Gerdau, Luciano Galvão Coutinho, Sergio Quintella e Silas Rondeau.

“Vou recorrer contra essa multa por acusações ao meu ver equivocadas sobre procedimentos contábeis de 2010”, informou Gabrielli. Barbassa não quis comentar. O GLOBO não conseguiu contato com Costa e Duque até o fechamento desta edição.

VEÍCULO: O Globo**Data: 04/11/2020****Seção: Economia****Autor: MANOELVENTURA - BRASÍLIA****Título: Belo Monte quer compensação para perda bilionária**

Empresa não consegue escoar energia para o Sudeste por falta de linhas de transmissão, que deveriam ter começado a operar em 2017

A lista de problemas da hidrelétrica de Belo Monte cresceu. A usina está cobrando um montante bilionário considerando perdas já registradas e as que podem ser acumuladas até 2022 por não conseguir escoar parte da eletricidade produzida no interior do Pará para o Sudeste, seu principal mercado consumidor.

Diante do problema, a Norte Energia, concessionária que administra a usina, pediu à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para ter acesso a recursos financeiros, normalmente usados para reduzir os gastos dos consumidores com a energia das termelétricas, que é mais cara e usada apenas quando o nível dos reservatórios das hidrelétricas está muito baixo.

Para contornar o problema, Belo Monte pediu um tratamento diferenciado à Aneel, conforme documento obtido pelo GLOBO.

“É possível estimar (...) o valor não realizado dessa comercialização, que atingiria a ordem de R\$ 850 milhões entre os anos de 2018, 2019 e 2020. Sob a mesma ótica, as projeções a partir do ano de 2021 até o final do ano de 2022 (...), este montante chegaria à casa de R\$ 1 bilhão”, diz trecho da carta da Norte Energia.

A dificuldade para escoar a produção é resultado do atraso na entrega de duas linhas de transmissão de energia, previstas para fevereiro de 2017, que ainda não entraram em operação porque a Abengoa, então responsável pela obra, pediu recuperação judicial.

A empresa espanhola ganhou a concessão em 2012 e tinha cinco anos para entregar nove linhas de transmissão. Mas paralisou tudo em dezembro de 2015, quando a holding da companhia pediu recuperação judicial. Em janeiro de 2016, a subsidiária brasileira seguiu o mesmo caminho.

Com as obras paradas, o governo cassou a concessão. As linhas foram relicitadas e serão construídas pela francesa Engie. Mas o processo é lento. A nova previsão para entrada em atividade é 2023, seis anos depois do prazo inicial. Isso sem considerar possíveis impactos da pandemia.

Esse imbróglio está impedindo a Belo Monte de levar ao Sudeste a energia destinada ao mercado livre, onde o gerador vende direto para o consumidor, em geral grandes indústrias ou empresas que consomem muita eletricidade.

TRATAMENTO DIFERENCIADO

Autoridades do setor elétrico avaliam, porém, que o pedido da empresa não deve prosperar, já que o risco de não conseguir entregar a eletricidade é do gerador. E isso costuma constar nos contratos.

Fontes ouvidas pelo GLOBO dizem que não há risco de faltar energia nos curto e médio prazos, mesmo que a economia cresça. O problema é o preço. A energia usada pelos consumidores residenciais é escoada por outra linha de transmissão, já em operação.

A Norte Energia quer tratamento diferenciado também para vender no Norte a energia nos mesmos preços praticados no Sudeste, geralmente mais altos.

Procurada, a empresa informou que o texto enviado à Aneel é uma comunicação de rotina. “A Norte Energia esclarece que o documento ao qual a reportagem teve acesso se refere a assuntos tratados na rotina de suas comunicações com o órgão regulador de energia elétrica, no âmbito de sua concessão de geração de energia hidráulica”, diz a nota da empresa.

CAPAS DE JORNAIS

www.valor.com.br

Quarta-feira, 4 de novembro de 2020 - Ano 73 - Número 10242 - R\$ 1,00

Valor

ECONÔMICO

20 ANOS

Apple aposta em serviço de armazenamento de dados, oferta de conteúdo e diversificação de produtos B6

Risco fiscal leva BC a afastar novo corte na taxa básica de juros C1 e C2

Ciclo dos serviços de gestão de infraestrutura dá à IBM agilidade para liderar a nuvem, disse Ana Paula, na 'Live do Valor' B6

Destques

Agro fica mais caro
O preço do milho amarelo no mercado interno brasileiro aumentou 17% em novembro em relação ao mesmo mês de 2019, segundo a Associação Brasileira de Exportadoras de Grãos (Abeig). O aumento reflete a redução da oferta de milho no mercado interno devido ao aumento da demanda por milho para exportação e para a produção de etanol. O preço do milho amarelo no mercado interno brasileiro aumentou 17% em novembro em relação ao mesmo mês de 2019, segundo a Associação Brasileira de Exportadoras de Grãos (Abeig). O aumento reflete a redução da oferta de milho no mercado interno devido ao aumento da demanda por milho para exportação e para a produção de etanol. **B1**

Brasil vira investidor
O Brasil virou investidor em infraestrutura no exterior, o primeiro país a fazer isso, segundo o Banco Mundial. O Brasil virou investidor em infraestrutura no exterior, o primeiro país a fazer isso, segundo o Banco Mundial. O Brasil virou investidor em infraestrutura no exterior, o primeiro país a fazer isso, segundo o Banco Mundial. **B1**

Indústria relata falta de insumos
A indústria relata falta de insumos para a produção de produtos químicos e plásticos. A indústria relata falta de insumos para a produção de produtos químicos e plásticos. A indústria relata falta de insumos para a produção de produtos químicos e plásticos. **B1**

TVZ vai à Justiça e pede bloqueio
A TVZ vai à Justiça e pede bloqueio de ativos. A TVZ vai à Justiça e pede bloqueio de ativos. A TVZ vai à Justiça e pede bloqueio de ativos. **B1**

Ministro defende abertura de fronteiras
O ministro defende a abertura de fronteiras para o comércio internacional. O ministro defende a abertura de fronteiras para o comércio internacional. O ministro defende a abertura de fronteiras para o comércio internacional. **B1**

Flut vai segregar ações da XP
A Flut vai segregar ações da XP no mercado financeiro. A Flut vai segregar ações da XP no mercado financeiro. A Flut vai segregar ações da XP no mercado financeiro. **B1**

Deputado recusa a renúncia
O deputado recusa a renúncia ao cargo. O deputado recusa a renúncia ao cargo. O deputado recusa a renúncia ao cargo. **B1**

Indeas
O Índice de Desenvolvimento da Indústria Brasileira (Indeas) aumentou 0,1% em novembro. O Índice de Desenvolvimento da Indústria Brasileira (Indeas) aumentou 0,1% em novembro. O Índice de Desenvolvimento da Indústria Brasileira (Indeas) aumentou 0,1% em novembro. **B1**

Críticas ao novo
Há críticas ao novo projeto de lei. Há críticas ao novo projeto de lei. Há críticas ao novo projeto de lei. **B1**

Vaga em rede
Há vagas em rede para profissionais. Há vagas em rede para profissionais. Há vagas em rede para profissionais. **B1**

Indicadores
Os indicadores econômicos mostram crescimento. Os indicadores econômicos mostram crescimento. Os indicadores econômicos mostram crescimento. **B1**

Economia americana terá meses difíceis após eleição
A economia americana terá meses difíceis após a eleição presidencial. A economia americana terá meses difíceis após a eleição presidencial. A economia americana terá meses difíceis após a eleição presidencial. **B1**

Uma escolha decisiva para o clima global
A escolha de Biden será decisiva para o clima global. A escolha de Biden será decisiva para o clima global. A escolha de Biden será decisiva para o clima global. **B1**

Poupança vai definir ritmo do consumo
A poupança vai definir o ritmo do consumo. A poupança vai definir o ritmo do consumo. A poupança vai definir o ritmo do consumo. **B1**

Globo e Disney fazem parceria no 'streaming'
O Globo e a Disney fazem parceria no streaming. O Globo e a Disney fazem parceria no streaming. O Globo e a Disney fazem parceria no streaming. **B1**

Bayer põe fábrica à venda em S. Paulo
A Bayer põe uma fábrica à venda em São Paulo. A Bayer põe uma fábrica à venda em São Paulo. A Bayer põe uma fábrica à venda em São Paulo. **B1**

Veto à desoneração deve ser votado hoje no Congresso
O veto à desoneração deve ser votado hoje no Congresso. O veto à desoneração deve ser votado hoje no Congresso. O veto à desoneração deve ser votado hoje no Congresso. **B1**

no Bradesco é tudo num PIX
No Bradesco é tudo num PIX. No Bradesco é tudo num PIX. No Bradesco é tudo num PIX. **B1**

LIVE do VALOR
A Live do Valor é transmitida ao vivo. A Live do Valor é transmitida ao vivo. A Live do Valor é transmitida ao vivo. **B1**

FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921 ★★★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 100 ★ Nº 33.453

QUARTA-FEIRA, 4 DE NOVEMBRO DE 2020

R\$ 5,00

Em massa, EUA escolhem presidente

Projeções apontam que disputa entre Trump e Biden pode ter atraído 150 milhões de eleitores e quebrado recorde de 2016

Os EUA, onde o voto não é obrigatório, chegaram ontem ao último dia de eleição com expectativa de atingir o maior comparecimento em mais de um século. Antes das urnas abrirem, mais de 100 milhões já haviam votado.

O número representa mais de 70% do total de cédulas registradas em 2016, pleito que levou até agora mais pessoas ao processo — 140 milhões, mas 40 milhões de forma antecipada. Projeções apontam para 150 milhões neste ano.

A previsão de conflitos e cenas de violência em grandes cidades, que se prepararam com tapumes e barreiras nos principais centros comerciais, não se confirmou na maior parte do dia. Filas também foram pequenas.

O FBI, a polícia federal dos EUA, investiga uma série de ligações automáticas pedindo às pessoas que ficassem em casa no dia da eleição. Segundo o jornal The Washington Post, foram mais de 10 milhões dessas chamadas.

Os primeiros resultados pareciam abrir caminho para o presidente Donald Trump seguir na disputa à reeleição e mostravam que a ampla vantagem de Joe Biden, ao contrário do que indicavam pesquisas, não ocorreria.

Apesar disso, a eleição seguiu indefinida por volta da 1h (de Brasília). Com mais de 90% das urnas apuradas na Flórida, Trump tinha 95% de chances de vencer o estado, o que o deixaria com musculatura na corrida. **Mundo p. 1**



Jon Cherry/Getty Images/AFIP

ANÁLISE
Patrícia C. Mello
Negligência com voto hispânico pode sair caro a Biden **p. 2**

Bolsonaro sugere que eleições têm interferências

Mundo p. 4

Antirracistas e pró-Trump viram noite em Washington

Organizados, mais de 30 grupos antirracistas começaram a convergir nos entornos da Casa Branca durante a tarde para acompanhar a contagem dos votos. Os ativistas dividiram espaço com manifestantes pró-Trump e com organizações cristãs. **Mundo p. 4**

Fila de eleitores em escola secundária de Louisville, Kentucky; abaixo, equipes de TV reportam durante manifestação do Black Lives Matter nas proximidades da Casa Branca **Hannah McKay/Reuters**

Senado aprova autonomia formal do Banco Central

O Senado aprovou ontem projeto de lei complementar que determina autonomia para o Banco Central.

O PL também prevê mandato para o presidente e diretores da instituição, estabelece regras para suas demissões e apresenta novas atribuições para a autoridade monetária. A proposta agora vai para a Câmara, para ser pensada a outro texto, um pouco mais completo. **Mercado A15**

ATMOSFERA
São Paulo hoje



AUDIÊNCIA/MÉDIA
PÁGINAS VISTAS 176.292.687
VISITANTES ÚNICOS 34.419.037

ISSN 1614-4773
9 771414 372049

França ataca Boulos e se diz progressista
Candidato a prefeito de SP, Márcio França (PSB) fez acenos à esquerda e à direita em sabatina Folha/UOL e atacou Guilherme Boulos (PSOL), com quem está em empate técnico. **A8**

“Hoje temos 18 mil crianças sem creche Falso. Em setembro, a demanda por vagas em creche na cidade de São Paulo era de 6.670” **A8**

EDITORIAIS A2

Terror europeu
Acerca de atentados recentes na Áustria e na França.

Ineficiência paulistana
Sobre fiscalização de medidas contra a pandemia.

Ilustrada B9
Cinefilos fazem balanço da primeira edição virtual da Mostra de São Paulo



Dino Calvo/MyPhoto Press/Folhapress

MARADONA PASSA POR CIRURGIA

Fãs em frente à clínica em La Plata onde o ex-jogador foi internado após se sentir mal; com hematoma na cabeça, ídolo foi transferido para ser operado em Buenos Aires **Esporte B7**

Ilustrada B10
Em temporada com cotas, SPFW inicia evento online que procura driblar crise

Ensino médio volta em SP com aulas híbridas
Colégios de São Paulo voltam ontem para o ensino médio com apenas um terço da turma em sala. **B4**

Tese de estupro culposos em absolvição de réu em SC provoca revolta

O caso da influenciadora digital catarinense Mariana Ferrer, que acusa o empresário André de Camargo Aranha de estupro em um clube há dois anos, ganhou novo capítulo e gerou revolta nas redes sociais com as hashtags #justicapormarianaferrer e “estupro culposos”.

A polêmica ocorre porque o promotor do processo, Thiago Carrico de Oliveira, usou o argumento de que não houve dolo (intenção) porque não havia como o empresário saber, durante o ato sexual, que a jovem não estava em condições de consentir a relação.

Aranha foi absolvido em setembro pelo juiz Rudson Marcos, da 3ª Vara Criminal de Florianópolis. A decisão se baseou em exames de alcoolemia e toxicológico feitos por Mariana, que deram resultados negativos.

Em imagens da audiência, divulgadas pelo The Intercept, o advogado de Aranha exibe fotos sensuais da jovem quando era modelo para reforçar a tese da relação consensual e desacreditar a acusadora. **Cotidiano B1**

Marina Ganzarolli
É comum que vítima vá para o banco dos réus **B2**

Walter Salles
Cinemateca sensibiliza até Scorsese

Uma carta do cineasta relata incredulidade com a situação da maior coleção audiovisual da América Latina — inquietação compartilhada pelo mundo do cinema. **Ilustrada B11**

[illegible][illegible]

www.correiobraziliense.com.br

LONDRES, 1808; HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA, BRASÍLIA, 1900; ASSIS CHATEAUBRIAND

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUARTA-FEIRA, 4 DE NOVEMBRO DE 2020

NÚMERO 20.983 • 28 PÁGINAS • R\$ 2,50

E nunca antes na história dos EUA...



Walter Saito/CD/A Press

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code e confira a apuração atualizada no site do Correio

Numa das eleições mais marcantes dos Estados Unidos, os americanos foram às urnas, ontem, decidir se ficam com o republicano Donald Trump na Casa Branca ou se o trocam pelo democrata Joe Biden. Para se ter uma ideia da importância que a população deu ao pleito, o comparecimento às urnas bateu recorde. Até o início do ano, com a economia e o emprego em alta, a reeleição de Trump era dada como certa. Mas a pandemia do novo coronavírus provocou uma inimaginável reviravolta no planeta, levando à lona o setor produtivo dos EUA e do mundo. Além disso, Trump sofreu fortes sequelas eleitorais devido à postura negacionista diante da covid-19. Resultado: de azarão, Biden, em quem, de início, poucos botavam fé, acabou se transformando em franco favorito. Praticamente, todas as pesquisas davam como certa a vitória do democrata. Mas, encerrada a votação e iniciada a contagem dos votos, Trump exibiu desempenho acima do esperado, como na Flórida, confirmando a disputa, que entrou pela madrugada de hoje, como uma das mais acirradas da história americana.

Itamaraty pede cautela, mas Bolsonaro insiste em Trump

Delaware elege a primeira senadora trans do país

Bolsas apostam em vitória de Biden e têm dia de alta

PÁGINAS 6 E 10 A 13

Design

FRANGO NO POTE

O voo do Frango no Pote

A empresa brasileira festeja a venda de 36 franquias este ano. Comandada pelo CEO Carlos Júnior, de 22 anos, a rede de fast food, que começou em Amqui, conquistou o país.

CAPITAL S/A, PÁGINA 20

Justiça

Covardia sob investigação

CNJ e OAB vão apurar a atuação do juiz e do advogado numa audiência. Em vídeo, a vítima de estupro, de 23 anos, foi atacada verbalmente e viu o acusado ser absolvido. Caso provocou onda de protestos. PÁGINA 5

Caso de amor com vinil

O carinho pelo formato se mantém mesmo na pandemia e as lojas se adaptam para continuar vendendo. PÁGINA 24

Arte

Passeio pela criatividade

Moderna e arrojada, Brasília se destaca pelos seus traços. Por isso, empresários planejam um roteiro turístico para destacar o design da capital. Dono de uma empresa de produção cultural, Reinaldo Gomes (foto) aposta no potencial da cidade na área de economia criativa.

PÁGINA 21

Aprovado por distritais, Refis pode recuperar R\$ 500 milhões

O novo programa de incentivo à regularização de dívidas fiscais do DF recebeu aval da Câmara Legislativa, ontem. Deputados fizeram emendas para reduzir as chances de sonegadores se beneficiarem da proposta. Setor produtivo elogiou a votação do projeto.

PÁGINA 17



CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 • assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166

VerCapas.com.br

(61) 99256.3846

DIÁRIOS ASSOCIADOS

MME / ASCOM .